

<b>GEAPE/GGDIN/DIRAD/DIGES</b>	
Protocolo nº 33902.	<u>477578</u> /2016- <u>11</u>
Data Registro:	<u>04</u> / <u>07</u> /2016.
Hora Registro:	<u>10:57</u> .
Assinatura:	<u>AB</u>



Nota Técnica nº 093/2016/GEAPE/GGDIN/DIRAD/DIGES

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2016.

Para: **Diretoria de Fiscalização - DIFIS**

Assunto: **Encaminhamento à DIFIS da manifestação da GEAPE sobre o Projeto Piloto de Teletrabalho para a Diretoria de Fiscalização e para os Núcleos da ANS.**

Referência: **Processo nº 33902.228845/2016-29**

Senhora Gerente Geral de Desenvolvimento Institucional,

Trata-se do processo da proposta de projeto piloto de teletrabalho para Diretoria de Fiscalização e para os Núcleos da ANS, onde a Diretoria de Fiscalização por meio do Despacho nº 117/2016/DIRAD/DIFIS/ANS (fl. 61) e do Memorando nº 751/2016/DIRAD/DIFIS/ANS (fls. 62 à 71), encaminhou à Gerência de Administração de Pessoal o seu posicionamento no tocante a revisão da norma do inciso III do Art. 6º da minuta de Portaria sugerida pela GEAPE.

A sugestão mencionada anteriormente pela GEAPE diz respeito à possibilidade de detentores dos cargos comissionados técnicos CCT III, CCT II e CCT I e aqueles que não possuem subordinados serem autorizados a realizar o teletrabalho. Conforme já exposto na Nota Técnica nº 071/2016/GEAPE/GGDIN/DIRAD/DIGES (fls. 48 e 49), esta Gerência entende, s.m.j., que nenhum servidor detentor de cargo comissionado pode ser abrangido por essa metodologia de trabalho em virtude da necessidade de dedicação integral contida no Art. 19, § 1º da Lei 8.112/90. Nessa linha, em pesquisa realizada em órgãos do executivo federal, tais como a CGU, Receita Federal e AGU há a vedação - em seus respectivos projetos de teletrabalho - da participação de servidores ocupantes de cargo em comissão. Ademais, no projeto piloto de teletrabalho da DIDES também existe a referida vedação para os servidores que se encaixam na situação em tela.

Apesar do teletrabalho já ser uma realidade em outros países, cabe ressaltar que essa é uma metodologia que está sendo implementada recentemente na Administração Pública brasileira, não existindo normativo do MPOG que discipline a sua execução. Sendo assim, sugerimos o encaminhamento dos autos para a DIFIS para conhecimento do exposto neste expediente.

À consideração superior.

*Andréa Campos dos Reis*

**ANDRÉA CAMPOS DOS REIS**

Coordenadora de Legislação e Benefícios

De acordo. Encaminhe-se à Gerência Geral de Desenvolvimento Institucional para ciência e apreciação.

*Carlos Alberto Silva Lima*

**CARLOS ALBERTO SILVA LIMA**  
Gerente de Administração de Pessoal

De acordo. Encaminhe-se à Diretoria de Fiscalização.

*Berenice Vallota Pantaleão*

**BERENICE VALLOTA PANTALEÃO**

Gerente Geral de Desenvolvimento Institucional